

UMA REVISÃO DA OCUPAÇÃO E DOS RENDIMENTOS DURANTE O REAL*

Flávio Benevett Fligenspan**

1 Introdução

Os anos 90 têm trazido profundas mudanças para a economia brasileira, seja pela abertura comercial acelerada, seja pela conseqüente adoção de um novo paradigma de produção. A partir do Plano Real, em 1994, o quadro de alterações que vinha se desenhando tornou-se ainda mais intenso, devido aos efeitos da estabilidade da moeda - objetivo tão perseguido e tão ansiosamente aguardado pela sociedade - e ao processo de valorização cambial.

Um ambiente de tantas transformações num curto espaço de tempo pode ser visto sob diferentes ângulos, sempre com nuances interessantes. Do ponto de vista das relações com o resto do mundo, por exemplo, constituem-se como temas importantes os casos de entrada de investimento estrangeiro direto em vários setores e de alterações do fluxo de comércio internacional. No que se refere às questões domésticas, muitos são os temas que suscitam análise, porém, pela sua natureza e suas implicações, o da evolução da ocupação e dos rendimentos tem gerado amplo e caloroso debate.

A proposta desse artigo é fazer uma análise dessa evolução durante o período do Real, tendo como referência básica as informações da Pesquisa Mensal de Emprego - PME -, do IBGE¹. Dentre os vários cortes analíticos disponíveis na PME, optou-se por usar a classificação de acordo com a "posição na ocupação", pelo fato dela revelar um fenômeno central do ajuste do mercado de trabalho nos últimos anos: a diminuição da participação do emprego formal na estrutura do mercado de trabalho e as conseqüentes implicações sobre a variável rendimentos.

A próxima seção dedica-se ao estudo da ocupação e é o ponto de partida da análise, que tem prosseguimento com o exame dos rendimentos médios na seção subseqüente. A evolução da massa de rendimentos, sempre respeitando a classificação por posição na ocupação, é o foco da quarta seção. Por fim, a conclusão reúne as observações anteriores, para projetar a possibilidade de aumento da excludência nos próximos anos no Brasil.

2 Ocupação: o avanço da informalidade

Após várias décadas de crescimento industrial baseado no que Fajnzylber chamou de protecionismo frívolo, a adaptação forçada - e acelerada - da economia brasileira ao novo paradigma de produção tem trazido as mais diversas conseqüências, em geral danosas, para a organização dos mercados nacionais. A busca por aumentos de produtividade, que propiciem melhores condições de competição num espaço cada vez mais internacionalizado, tem levado a profundas modificações nas estruturas das cadei-

* Esse artigo foi confeccionado com informações geradas pela pesquisa Investigação Sobre um Novo Ciclo de Crescimento no Brasil, desenvolvida na UFRGS, com o apoio financeiro da FAPERGS. Colaborou no tratamento estatístico das informações o acadêmico de Ciências Econômicas, Anderson Luís Schneider, bolsista da PROPESQ/UFRGS.

** Professor da UFRGS. O autor agradece as sugestões dos colegas Eduardo A. L. Maldonado Filho e Maria Isabel H. da Jornada.

¹ Todas as informações originais da PME sobre ocupação e rendimentos sofreram um tratamento de ajuste sazonal.

as produtivas e na organização das empresas - tanto na área administrativa, como na operacional. Assim como vários elos das cadeias têm se perdido, em prol do abastecimento estrangeiro com custos compensadores, também têm sido cortados níveis hierárquicos e postos de trabalho.

Como se não bastassem as consequências das mudanças estruturais, a vulnerabilidade trazida pela natureza de planos de estabilização como o Real tem imposto, de tempos em tempos, ajustes conjunturais, em geral de caráter contracionista, redundando também em perda de vagas.

O fato é que, seja pelo ajuste estrutural, que já dura quase uma década, seja pelas vicissitudes da administração do Real, o mercado de trabalho tem sofrido abalos importantes e sistemáticos, a ponto de fazer com que a questão da ocupação assuma lugar de destaque no debate recente das ciências sociais no Brasil.

* * *

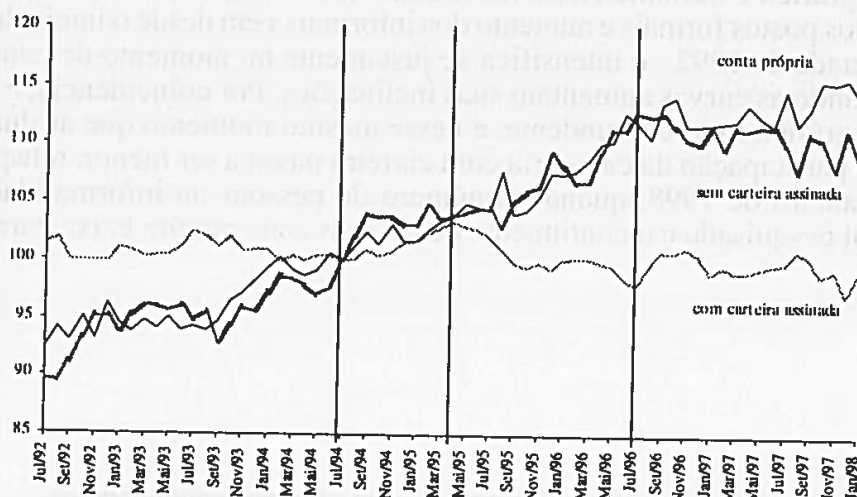
Tomando-se as informações da PME para as seis regiões metropolitanas regularmente pesquisadas, a evolução do contingente de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada bem mostra os dois tipos de ajuste comentados anteriormente. A chamada reestruturação industrial atingiu diretamente esse tipo de relação de trabalho, que cada vez cede mais espaço para outras formas, seguindo a lógica e o discurso genérico e escorregadio da "flexibilização". Entre julho de 1994, quando da implantação do novo padrão monetário, e janeiro de 1998, os trabalhadores com carteira sofreram uma redução de vagas de 0,8%.

Essa diminuição de postos de trabalho reflete, por um lado, o descolamento do emprego formal em relação à evolução do PIB, e, por outro, as oscilações da conjuntura, como a contração de aproximadamente um ano da economia, verificada a partir de meados de 1995, em resposta à crise desencadeada pelo México no final de 1994.

O Gráfico 1 ilustra essa evolução, evidenciando um incremento da ocupação com carteira no período inicial do Plano - pelo aquecimento da atividade no segundo semestre de 1994 -, a retração de 1995 até a metade de 1996, quando se atinge o segundo ponto mais baixo da série, e a quase estabilidade a partir de então até novembro de 1997. O mês de dezembro apresenta o índice mais baixo da série, o que pode ser considerado como uma resposta à contração proposta pelo governo a partir da crise internacional do final de 1997.

É importante observar que, independentemente da dificuldade de identificação das causas como estruturais ou conjunturais, a série completa do Gráfico 1 mostra uma queda de 2,1% no índice de ocupação com carteira num período de cinco anos e meio.

GRÁFICO 1: Índice do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação - jul./92 - jan./98



Fonte: Tabela 3 do Anexo.

Continuando o exame do gráfico, observa-se que a curva dos ocupados sem carteira de trabalho assinada apresenta uma evolução bem diferenciada em relação à anterior. Ela aponta para um crescimento que se manteve desde 1992 até meados de 1996, quando atinge seu ponto mais elevado, estabilizando-se a partir daí, ou mesmo exibindo um suave decréscimo. Tomando-se apenas o período do Real, de julho de 1994 a janeiro de 1998, a expansão das vagas sem carteira foi de 8,6%.

Já a categoria das pessoas ocupadas por conta própria teve expansão consistente desde o segundo semestre de 1993 até outubro de 1996, quando passa a um comportamento estável. Novamente, analisando-se apenas a partir do Real, há um crescimento de 14,2% no número de ocupados por conta própria.

* * *

Uma análise do desempenho da categoria dos ocupados com carteira, representando o emprego formal, *versus* o do somatório das outras duas categorias, aqui tratadas como atividades informais, revela parte dos ajustes do período do Real. Um deles, já evidenciado nos parágrafos anteriores, através das variações percentuais, refere-se à realocação de vagas desde julho de 1994, com perda de postos de trabalho formal em favor dos demais. Em números absolutos, ajustados sazonalmente, a perda é de aproximadamente 60 mil postos formais, muito mais do que compensada por incrementos de, respectivamente, 317 mil e 477 mil postos nas categorias sem carteira e por conta própria. O diferencial de 734 mil vagas (entre as vagas criadas na informalidade e as perdidas no mercado formal) dá conta da agressividade do ajuste e colocou em destaque o debate sobre precarização do mercado de trabalho, uma expressão que passou a ser discutida freqüentemente pela sociedade, através da imprensa.

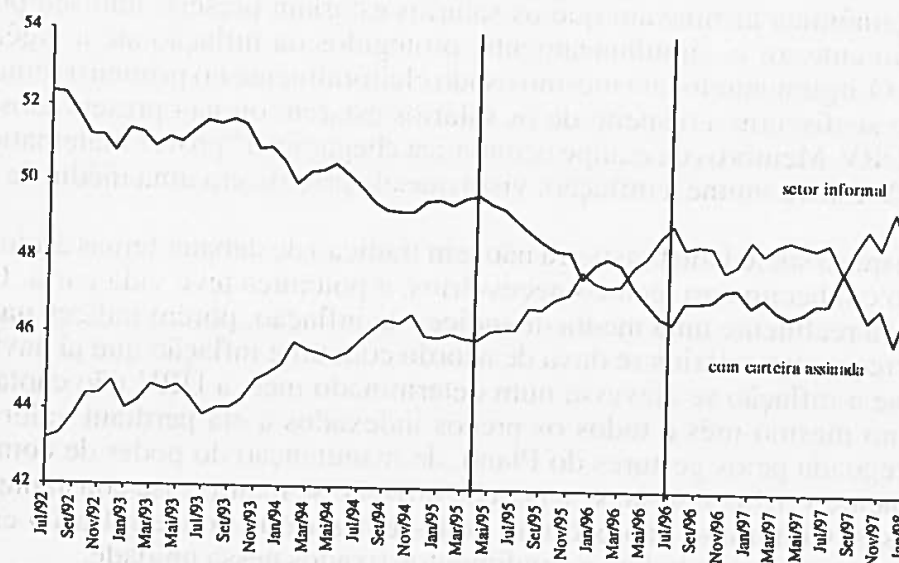
É interessante observar que o ajuste mais forte se deu especificamente no período de contração da economia, entre o segundo trimestre de 1995 e a metade de 1996. Nesse espaço de pouco mais de um ano, a curva dos com carteira cai acentuadamente, correspondendo a uma supressão de 409 mil empregos, enquanto as outras duas curvas reagem "positivamente". Com efeito, há uma elevação de 334 mil postos sem carteira e 276 mil por conta própria. Claro está que os dois movimentos não podem ser vistos isoladamente, mas sim de forma conjunta, com o repasse de vagas do mercado formal para o informal. Isto é, a informalidade serviu como refúgio para os trabalhadores que perderam seus vínculos com carteira. Se esse já era um ajuste observado antes do período crítico de 1995, conformou-se como uma alternativa desesperada, quando a crise intensificou-se.

* * *

Para melhor visualizar o avanço da informalidade e o recuo das ocupações com carteira, construiu-se o Gráfico 2, no qual as curvas expressam a participação percentual das categorias em relação ao somatório das pessoas ocupadas pesquisadas pela PME. O gráfico é bastante claro, mostrando que o movimento de diminuição de participação dos postos formais e aumento dos informais vem desde o início do período estudado - metade de 1992 - e intensifica-se justamente no momento de contração da economia, quando as curvas aumentam suas inclinações. Por coincidência, e tornando o desenho do gráfico mais contundente, é nesse mesmo momento que as duas curvas cruzam-se e a participação da categoria com carteira passa a ser menor, relação que se mantém até janeiro de 1998, quando o número de pessoas na informalidade atinge 48,5% do total pesquisado e o contingente de pessoas com carteira baixa para 46,9%².

² O complemento para 100% é dado pela participação da categoria empregadores.

GRÁFICO 2: Participação percentual dos grupos no total da população ocupada – jul./92 – jan./98



Fonte: Tabela 4 do Anexo.

Nota: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e conta própria.

O crescimento do número de ocupados na informalidade pode ser visto por ângulos distintos. Pelo lado dos trabalhadores, a entrada no mercado informal não representa uma opção, obviamente, mas uma alternativa de sobrevivência com rendimentos menores e sem proteção social. Do ponto de vista das empresas que empregam pessoas sem registro, trata-se de uma tentativa de fuga dos chamados encargos trabalhistas³. Já para o Estado, o significado mais imediato é a perda de receita advinda dos verdadeiros encargos.

É interessante registrar que o avanço da informalidade gera questões curiosas, como nas circunstâncias em que se relacionam agentes formais e informais na economia. Assim, por exemplo, o comércio perde seus referenciais técnicos no momento de conceder crédito a pessoas que não têm comprovação de renda. As grandes redes de lojas de departamentos identificaram, no ambiente geral de aumento da inadimplência no ano de 1997, uma incidência maior de registros em regiões mais típicas de trabalho informal. Esse é o caso das áreas que apresentam incremento sazonal de população, como as de produção primária, em época de colheita.

3 Rendimentos e redistribuição

A análise da evolução dos rendimentos no período do Real é um tema que se presta à controvérsia, seja pelo seu caráter político, seja pelas technicalidades envolvidas. Uma das questões relevantes no debate remonta ao lançamento da Unidade Real de Valor - URV -, em março de 1994, e à conversão compulsória dos salários para essa "moeda indexada".

Como é possível recordar, a passagem dos salários, anteriormente denominados em cruzeiros reais, para URV se deu de acordo com a média dos valores reais dos

³ Nos últimos anos tem havido um debate intenso sobre a questão dos encargos, no qual o ponto mais polêmico é a avaliação a respeito do peso que eles têm sobre o salário registrado na carteira. Alguns autores têm superestimado esse peso, considerando encargos itens que compõem o salário, como férias, por exemplo. O certo é que, independentemente do debate, as empresas que contratam sem registro na carteira burlam a lei e diminuem seus custos.

últimos quatro meses, isto é, novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994. Com isso, e de acordo com a regra de correção diária da URV, os formuladores da política econômica afirmavam que os salários estariam preservando seu poder de compra médio anterior e, simultaneamente, protegidos da inflação até a vigência da nova moeda. O argumento foi até mesmo usado eleitoralmente no primeiro semestre de 1994 e muito se discutiu a respeito de os salários estarem ou não preservados com o esquema da URV. Membros da equipe econômica chegaram a "provar matematicamente" que a URV estava imune à inflação, visto que ela própria era uma média de índices de inflação.

Dado que a sociedade brasileira não tem tradição de debater temas áridos com a paciência e o conhecimento técnico necessários, a polêmica teve vida curta. O fato é que a URV era realmente uma média de índices de inflação, porém índices **passados**. Assim, a correção dos salários se dava de acordo com uma inflação que já havia ocorrido. Logo, se a inflação se elevasse num determinado mês, a URV não captava esse incremento no mesmo mês e todos os preços indexados a ela perdiam valor real. A hipótese apregoada pelos gestores do Plano, de manutenção do poder de compra dos salários, somente verificar-se-ia, se a taxa de inflação se mantivesse constante nos sucessivos meses. Como isso não ocorreu, pode-se dizer que houve inflação em URV, redundando em perda para todos os rendimentos fixados nessa unidade.

* * *

A discussão anterior está aqui colocada para embasar o debate sobre a evolução dos rendimentos durante o Real. Isto porque, quando se consideram como parte do período de avaliação, os quatro meses de vigência da URV, os ganhos festejados pela equipe governamental reduzem-se de forma sensível. Intencionalmente ou não, as taxas usualmente difundidas sobre os ganhos de rendimentos durante o Real tomam como ponto de partida o mês de julho de 1994, a partir do qual passou a vigir a nova moeda. Dessa forma, desaparece o período da URV, que foi de perdas. Ainda que, para a maioria das variáveis tradicionalmente usadas na análise econômica, possa-se considerar acertada a escolha de julho como um ponto de referência, no caso dos rendimentos essa opção envolve um viés. Para evitá-lo, parece razoável tomar como ponto de partida o momento anterior à URV, pois para essa variável - rendimentos - o Plano começou compulsoriamente antes do nascimento da nova moeda.

Se é esse o critério adotado, uma medida coerente ao se escolher um ponto de referência para verificar os ganhos do Real é usar a mesma fórmula adotada para converter os salários para URV, ou seja, a média real dos quatro meses anteriores a março de 1994.

O Gráfico 3 ilustra a importância do que se vinha discutindo. Nele observa-se que as curvas de rendimentos das várias categorias apresentaram uma leve ascensão antes da vigência da URV, tiveram quedas significativas com ela e retomaram, acentuadamente, os ganhos nos primeiros dois anos do Real, até julho de 1996. Apenas para se ter uma idéia geral, o total da população ocupada teve um ganho de rendimentos de 18,9% no intervalo de tempo entre os quatro meses que serviram de base para a conversão à URV - tomando-se seu valor médio - e julho de 1996. Se a mesma comparação fosse feita a partir de julho de 1994, elidindo portanto o período de perda da URV, a elevação chegaria a 28,7%. É claro que as duas taxas são elevadas, mas não é desprezível a diferença de dez pontos percentuais entre elas.

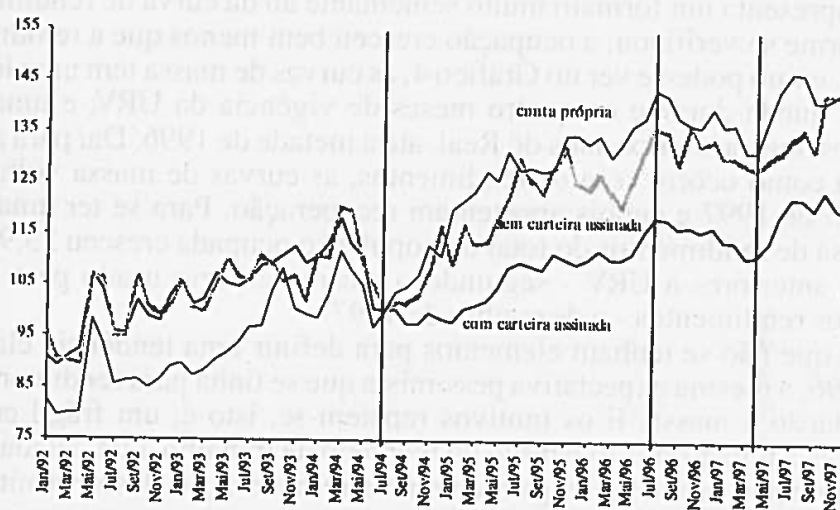
Uma segunda observação deve ser feita a partir do Gráfico 3. Trata-se do estancamento dos ganhos de rendimentos a partir do segundo semestre de 1996. Na realidade, há dois períodos distintos na análise; um de perda, desde julho de 1996 até abril de 1997, e outro de recuperação, até o último dado disponível da série.

Ainda que as curvas não mostrem uma tendência definida desde meados de 1996, é possível especular a respeito do esgotamento dos ganhos de rendimentos do Real. Isto porque a taxa de desemprego elevada e crescente pressiona os rendimentos para baixo. A ausência de expectativas favoráveis de crescimento da economia no curto

prazo, aliada à adoção de um processo de reestruturação industrial cruel com os trabalhadores, apenas reforça a hipótese de uma pressão negativa sobre os rendimentos.

É importante lembrar que justamente a partir de julho de 1996 retirou-se qualquer tipo de indexação dos salários, deixando “ao mercado” a decisão sobre os níveis de remuneração. Considerando-se que as condições de mercado não estão favoráveis aos trabalhadores e que a inflação, ainda que baixa para os padrões brasileiros, continua fazendo seu papel de corroer valores reais, o quadro negativo para os salários completa-se.

GRÁFICO 3: Índice do rendimento médio real, por posição na ocupação – jan./92 – dez./97



Fonte: Tabela 5 do Anexo.

Os últimos levantamentos do DIEESE sobre os resultados dos dissídios já mostram os efeitos desse novo ambiente de negociação. Cada vez um número menor de categorias consegue repor integralmente a inflação passada, diminuem as chamadas cláusulas sociais e ganha força a participação nos lucros e resultados, uma das várias formas de flexibilizar salários. O levantamento a respeito do número e da natureza das greves também indica uma mudança, pois tem diminuído a ocorrência de greves e a reivindicação salarial tem cada vez menor incidência como justificativa delas.

* * *

A análise da evolução dos rendimentos reais por categoria mostra que, tal como no caso da ocupação, os trabalhadores com carteira assinada foram os que colheram os piores resultados com o Real. Com efeito, desde a passagem de 1993 para 1994, quando da conversão dos salários para URV, até dezembro de 1997, a categoria com carteira obteve ganho de 7,5%, bastante inferior aos 33,6% e 40,9%, respectivamente, das categorias sem carteira e por conta própria.

Esses desempenhos diferenciados levaram à diminuição da distância original entre os rendimentos do pessoal empregado no mercado formal e os das outras duas categorias. Assim, por exemplo, se durante os quatro meses usados para conversão à URV, a remuneração média dos trabalhadores sem carteira correspondia a 67,0% da remuneração média dos com carteira assinada, já em dezembro de 1997 esse percentual alcançava os 83,1%. Quando se faz o mesmo tipo de comparação entre os ocupados por conta própria e os com carteira, os percentuais evoluem de 67,4% para 88,4%.

As observações dos parágrafos anteriores dão conta de um fenômeno significativo do período do Real, especialmente nos seus dois primeiros anos. Trata-se da redistribuição de rendimentos do trabalho em favor dos mais pobres, uma vez que as categorias com remuneração média menor foram as que obtiveram maiores ganhos. A

elevação dos rendimentos e a redistribuição são a base para se explicar as mudanças do padrão de consumo que se verificaram no período. Contudo, não se deve perder de vista que essa redistribuição se fez **apenas** em relação à massa de rendimentos do **trabalho**, pois quando se consideram todas as fontes de rendimentos, o que ocorreu nos últimos anos foi um processo de concentração de renda no Brasil⁴.

4 Expansão e estabilidade da massa de rendimentos

Tendo feito a discussão anterior sobre ocupação e rendimentos, é interessante observar como se comportou a massa de rendimentos ao longo do período estudado. O primeiro fato a destacar é que, para as três categorias estudadas, a curva da massa de rendimentos apresenta um formato muito semelhante ao da curva de rendimentos, isto porque, conforme se verificou, a ocupação cresceu bem menos que a remuneração⁵.

Assim, como pode-se ver no Gráfico 4, as curvas de massa têm uma leve expansão pré-URV, queda durante os quatro meses de vigência da URV, e uma ascensão consistente nos dois primeiros anos do Real, até a metade de 1996. Daí para a frente, da mesma forma como ocorre com os rendimentos, as curvas de massa voltam-se para baixo até abril de 1997 e depois apresentam recuperação. Para se ter uma avaliação global, a massa de rendimentos do total da população ocupada cresceu 25,9% entre os quatro meses anteriores à URV - seguindo o mesmo critério usado para verificar o incremento dos rendimentos - e dezembro de 1997.

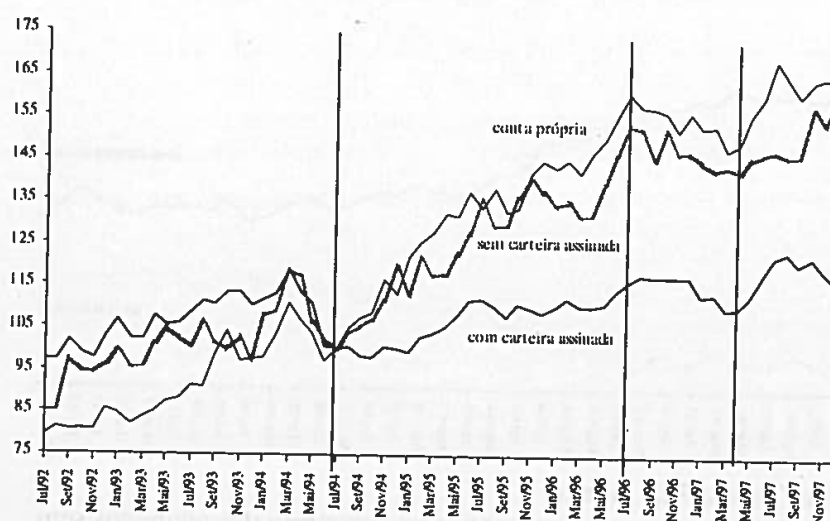
Ainda que não se tenham elementos para definir uma tendência clara desde a metade de 1996, a mesma expectativa pessimista que se tinha para rendimentos é apropriada em relação à massa. E os motivos repetem-se, isto é, um frágil crescimento econômico leva a uma tímida expansão do mercado de trabalho, que, aliada ao processo de reestruturação, pressiona negativamente a remuneração. Isso permite trabalhar com a hipótese de que os ganhos do Real foram importantes, promoveram modificações significativas no padrão de consumo - sobretudo das camadas de mais baixa renda - e, em consequência, alteraram diversas variáveis ligadas à produção industrial e ao comércio; mas teriam se esgotado a partir do segundo semestre de 1996.

É importante observar que muitas empresas, até mesmo de grande porte, não perceberam esse esgotamento e continuaram produzindo, no caso da indústria, e estocando, no caso do comércio, como se a expansão de massa dos dois primeiros anos do Real fosse continuar. O caso dos eletroeletrônicos representa um bom exemplo desse erro de planejamento, pois, entusiasmados com os resultados anteriores, indústria e comércio acabaram gerando estoques elevados na passagem de 1996 para 1997. Apenas para se ter uma noção de grandeza, a produção excedente de televisores, e a consequente geração de estoques superdimensionados, ultrapassou a marca de um milhão de unidades nesse período, o que representa um percentual próximo de 15% da produção anual.

⁴ Conforme informações divulgadas pelo IBGE em dezembro de 1997, a partir do novo Sistema de Contas Nacionais, desde 1993 até 1996 caiu a participação do trabalho no PIB e aumentou a parcela dos lucros. (Folha de São Paulo, 12.12.97, p.2-5).

⁵ Deve-se lembrar que no caso específico dos trabalhadores com carteira houve até mesmo uma pequena redução de vagas.

GRÁFICO 4: Índice da massa de rendimentos, por posição na ocupação – jul./92 – dez./97



Fonte: Tabela 6 do Anexo.

O que se viu a seguir foi uma tentativa de se livrar desse custo de carregamento – especialmente diante de taxas de juros elevadas – via promoções de preços, que chegaram a causar atritos entre indústria e comércio, com a acusação de que o exagero das ofertas nas lojas estaria prejudicando a imagem das marcas junto aos consumidores. Outra consequência foi a forte queda de resultados das redes de lojas de eletroeletrônicos, que se traduziram em casos conhecidos de expressiva diminuição dos preços de suas ações negociadas na Bolsa. A magnitude do erro de planejamento foi tão grande que, diante da estabilidade da massa de rendimentos e da elevação dos juros e da inadimplência, até o início de 1998 ainda se consideravam elevados os estoques.

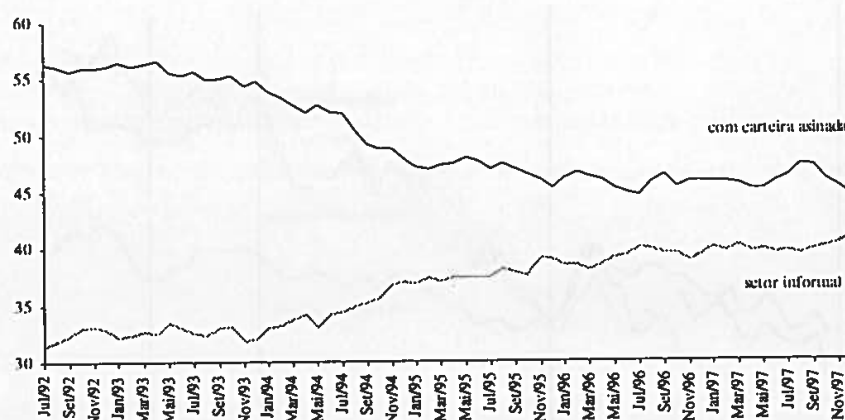
* * *

A análise da evolução da massa de rendimentos por categoria mostra novamente um desempenho medíocre, ainda que positivo, para os trabalhadores com carteira assinada. Tomando-se como base a média dos quatro meses usados para conversão dos salários para URV – novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994 – e verificando a evolução da massa até dezembro de 1997, chega-se a uma taxa de 3,8%, que representa um balanço entre variações positiva dos rendimentos e negativa da ocupação.

Já as categorias vinculadas às ocupações informais tiveram aumentos significativos da massa, ambos justificados mais pelas variações dos rendimentos e menos pelo aumento da ocupação, conforme se verificou nas seções anteriores. Os percentuais de aumento da massa chegam a 53,7% no caso dos sem carteira e 65,4% para os ocupados por conta própria.

Os desempenhos diferenciados entre a categoria dos com carteira e as categorias dos trabalhadores considerados informais têm contribuído para a diminuição da participação dos primeiros no total da massa de rendimentos, conforme pode-se observar no Gráfico 5. É claro que esse movimento não está restrito ao Plano Real; ele pode ser visualizado desde o início do período estudado, quando o pessoal com carteira detinha 56,3% do total da massa e as duas categorias informais chegavam a 31,5%. Já em dezembro de 1997 esses percentuais haviam evoluído para, respectivamente, 44,6% e 41,1%.

GRÁFICO 5: Participação percentual dos grupos no total da massa de rendimentos da população ocupada – jul./92 – dez./97



Fonte: Tabela 7 do Anexo.

Nota: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e conta própria.

5 Conclusão

As observações das seções anteriores permitem concluir que os trabalhadores com carteira assinada foram os menos beneficiados pelo Plano Real, tanto porque sofreram diminuição de vagas, como porque conseguiram apenas pequenos ganhos de rendimentos reais. Em troca, aumentou o número de trabalhadores sem carteira e dos que exercem atividade por conta própria, sendo que ambas as categorias obtiveram expressivas elevações de rendimentos. O avanço da informalidade ficou demonstrado nos gráficos que tratam da participação no total dos postos de trabalho e no total da massa de rendimentos.

No que se refere ao esgotamento da expansão dos rendimentos e da massa de rendimentos, deve-se observar que além da expectativa ruim quanto ao crescimento da economia nos próximos anos, o que geraria um número pequeno de novos postos de trabalho, pressionando a remuneração, há que se considerar também os aspectos qualitativos da questão. Isso porque um crescimento, ainda que lento, poderia gerar expansão do mercado de trabalho. Porém, a necessidade de se aumentar a competitividade dos produtos brasileiros tem forçado ganhos de produtividade, geralmente obtidos com queima de postos de trabalho e crescente exigência de qualificação da mão-de-obra.

O quadro que começa a se vislumbrar permite construir a hipótese de que num futuro próximo o incremento de vagas esteja diretamente relacionado à qualificação dos trabalhadores. Por sua vez, essa relação guarda um vínculo direto com a remuneração média desses trabalhadores mais bem educados e treinados. Ora, a se confirmar essa hipótese, rapidamente assistiríamos a crescimentos diferenciados de massa de rendimentos, de acordo com a capacidade dos diferentes estratos profissionais de encontrarem espaços no novo mercado que se conforma. A consequência mais importante desse processo é que em poucos anos teríamos um aumento da concentração de renda, tanto em caráter geral, como estritamente em relação aos rendimentos do trabalho, o que abriria um fosso social e um grau de exclusão ainda maior que o atual.

TABELA 1: Número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação - jul./92 - jan./98
(em mil pessoas)

	População ocupada	Emprego		Conta própria	Empregadores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
Jul/92	14.942	7.738	3.289	3.099	667
Ago/92	15.011	7.774	3.287	3.156	662
Set/92	14.894	7.627	3.341	3.118	659
Out/92	15.045	7.624	3.418	3.189	659
Nov/92	15.050	7.621	3.487	3.122	659
Dez/92	15.185	7.627	3.491	3.225	676
Jan/93	15.193	7.715	3.443	3.169	698
Fev/93	15.163	7.693	3.490	3.146	676
Mar/93	15.193	7.650	3.527	3.178	672
Abr/93	15.136	7.664	3.521	3.151	651
Mai/93	15.148	7.663	3.508	3.190	651
Jun/93	15.181	7.726	3.521	3.151	654
Jul/93	15.265	7.819	3.481	3.163	682
Ago/93	15.242	7.782	3.508	3.148	669
Set/93	15.084	7.717	3.408	3.176	643
Out/93	15.268	7.789	3.462	3.234	637
Nov/93	15.289	7.693	3.518	3.259	655
Dez/93	15.269	7.698	3.508	3.292	627
Jan/94	15.422	7.706	3.565	3.332	643
Fev/94	15.412	7.621	3.618	3.364	648
Mar/94	15.387	7.664	3.613	3.329	629
Abr/94	15.315	7.637	3.593	3.310	630
Mai/94	15.324	7.659	3.561	3.323	627
Jun/94	15.415	7.658	3.583	3.374	655
Jul/94	15.482	7.635	3.670	3.353	646
Ago/94	15.615	7.644	3.741	3.391	666
Set/94	15.773	7.699	3.815	3.436	671
Out/94	15.712	7.658	3.805	3.399	687
Nov/94	15.764	7.691	3.813	3.459	654
Dez/94	15.809	7.749	3.783	3.411	698
Jan/95	15.813	7.763	3.783	3.409	700
Fev/95	15.951	7.811	3.837	3.442	708
Mar/95	15.953	7.847	3.804	3.466	696
Abr/95	16.035	7.889	3.809	3.481	696
Mai/95	16.052	7.863	3.820	3.516	686
Jun/95	16.067	7.844	3.834	3.507	705
Jul/95	16.038	7.789	3.834	3.502	746
Ago/95	15.963	7.709	3.779	3.614	705
Set/95	15.868	7.620	3.856	3.488	742
Out/95	15.887	7.595	3.892	3.501	736
Nov/95	15.961	7.620	3.908	3.540	721
Dez/95	16.114	7.585	4.012	3.607	748
Jan/96	16.110	7.648	3.967	3.605	732
Fev/96	16.072	7.652	3.920	3.614	720
Mar/96	16.144	7.652	3.921	3.645	747
Abr/96	16.287	7.621	4.012	3.694	766
Mai/96	16.352	7.600	4.085	3.697	790
Jun/96	16.350	7.524	4.087	3.781	766
Jul/96	16.291	7.480	4.142	3.756	732
Ago/96	16.384	7.613	4.131	3.709	749
Set/96	16.585	7.705	4.134	3.813	743
Out/96	16.538	7.692	4.094	3.828	746
Nov/96	16.494	7.722	4.056	3.747	790
Dez/96	16.417	7.687	4.045	3.745	754
Jan/97	16.275	7.556	4.089	3.749	720
Fev/97	16.323	7.602	4.029	3.758	747
Mar/97	16.363	7.569	4.091	3.759	764
Abr/97	16.397	7.568	4.086	3.808	772
Mai/97	16.405	7.590	4.102	3.771	768
Jun/97	16.364	7.610	4.096	3.749	744
Jul/97	16.385	7.627	4.042	3.849	718
Ago/97	16.271	7.709	3.953	3.750	703
Set/97	16.400	7.666	4.077	3.798	705
Out/97	16.372	7.548	4.058	3.879	720
Nov/97	16.316	7.580	3.962	3.871	741
Dez/97	16.277	7.413	4.088	3.887	740
Jan/98	16.290	7.574	3.986	3.831	744

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE.

Nota: Dados com ajuste sazonal.

TABELA 2: Rendimento médio real, por posição na ocupação - jan./92 - dez./97
(R\$ de julho de 1994)

	População ocupada	Emprego		Conta própria	Empregadores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
Jan/92	316,27	337,111	246,88	230,05	825,68
Fev/92	314,80	330,44	233,76	221,06	757,94
Mar/92	308,33	338,27	232,27	222,68	752,08
Abr/92	313,35	342,38	230,74	222,18	864,37
Mai/92	369,47	397,44	274,51	273,23	999,36
Jun/92	358,73	386,09	273,65	260,03	978,67
Jul/92	327,61	355,94	244,47	237,72	896,62
Ago/92	327,37	354,25	244,74	239,54	897,88
Set/92	347,85	377,89	275,64	240,71	936,13
Out/92	334,35	366,58	261,29	236,60	838,44
Nov/92	332,16	363,37	255,37	240,59	824,77
Dez/92	347,51	382,24	261,30	247,49	849,08
Jan/93	354,66	392,31	272,27	249,30	860,83
Fev/93	341,56	375,61	259,44	242,55	871,78
Mar/93	340,58	378,84	256,89	245,13	833,92
Abr/93	357,46	398,30	271,95	251,69	897,22
Mai/93	357,28	390,62	281,97	255,32	909,36
Jun/93	359,40	388,55	275,29	260,98	965,75
Jul/93	361,59	393,70	273,01	268,90	953,75
Ago/93	375,01	404,18	286,07	269,67	1100,51
Set/93	377,61	405,90	281,53	288,56	1067,52
Out/93	381,29	411,48	272,80	300,77	1057,02
Nov/93	385,78	417,80	275,41	278,48	1243,46
Dez/93	374,57	405,86	262,44	276,40	1193,51
Jan/94	379,69	410,12	286,15	274,20	1192,52
Fev/94	388,60	419,86	284,52	286,03	1237,70
Mar/94	413,85	438,75	310,67	310,35	1383,46
Abr/94	399,71	419,68	308,39	300,96	1341,17
Mai/94	389,57	410,32	281,58	291,50	1355,49
Jun/94	354,70	372,76	270,60	268,93	1147,95
Jul/94	353,27	370,94	257,94	277,96	1160,93
Ago/94	361,48	372,31	262,48	288,98	1252,11
Set/94	359,77	362,36	261,38	291,05	1322,03
Out/94	357,94	362,31	265,98	297,84	1295,32
Nov/94	370,41	369,75	276,33	314,33	1291,52
Dez/94	372,33	365,27	300,21	308,54	1284,51
Jan/95	373,15	363,12	281,53	333,40	1362,88
Fev/95	383,74	372,92	300,56	338,80	1364,55
Mar/95	386,06	374,84	292,25	343,48	1400,62
Abr/95	388,06	378,17	293,10	354,09	1364,75
Mai/95	395,57	388,90	304,04	348,71	1345,30
Jun/95	412,09	402,70	314,63	365,39	1408,77
Jul/95	415,91	406,73	334,05	355,12	1401,48
Ago/95	412,16	404,79	324,01	356,20	1328,41
Set/95	408,21	401,09	317,69	353,81	1334,40
Out/95	421,07	413,51	331,27	355,45	1453,44
Nov/95	422,03	408,81	339,92	373,77	1387,43
Dez/95	418,09	405,85	323,75	374,18	1437,80
Jan/96	419,38	408,65	320,15	369,62	1416,26
Fev/96	425,61	416,15	326,05	373,91	1406,87
Mar/96	419,07	408,72	318,06	362,52	1415,95
Abr/96	417,45	409,29	310,78	369,53	1359,62
Mai/96	422,24	413,64	323,05	379,02	1370,88
Jun/96	439,44	429,67	339,27	383,73	1484,74
Jul/96	454,55	439,23	350,51	399,11	1552,04
Ago/96	445,13	438,79	348,84	396,02	1385,16
Set/96	433,53	432,25	332,13	384,22	1352,28
Out/96	445,83	432,77	351,61	380,06	1483,61
Nov/96	436,00	430,33	342,40	378,30	1392,12
Dez/96	437,96	433,01	344,60	388,96	1410,97
Jan/97	430,70	423,43	336,06	379,24	1377,96
Fev/97	430,28	421,80	335,72	379,84	1368,13
Mar/97	416,76	410,81	332,64	365,85	1263,05
Abr/97	421,62	411,98	330,16	365,27	1358,97
Mai/97	431,74	421,74	335,27	385,07	1397,51
Jun/97	445,10	440,39	339,09	399,02	1432,46

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE.

Notas: 1. Dados com ajuste sazonal.

2. Os dados de julho de 1992 a junho de 1994 foram deflacionados com base no INPC.

TABELA 3: Índice do número de pessoas ocupadas, por posição na ocupação - jul./92 - jan./98

	População ocupada	Emprego		Conta própria	Empregadores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
Jul/92	96,51	101,35	89,63	92,40	103,31
Ago/92	96,96	101,83	89,58	94,11	102,44
Set/92	96,20	99,90	91,04	92,97	102,11
Out/92	97,17	99,87	93,14	95,10	102,00
Nov/92	97,21	99,82	95,03	93,11	101,98
Dez/92	98,08	99,89	95,13	96,18	104,75
Jan/93	98,13	101,05	93,81	94,51	108,08
Fev/93	97,94	100,77	95,10	93,81	104,73
Mar/93	98,13	100,19	96,12	94,76	103,98
Abr/93	97,76	100,38	95,94	93,98	100,78
Mai/93	97,84	100,37	95,61	95,14	100,85
Jun/93	98,05	101,20	95,94	93,97	101,26
Jul/93	98,60	102,41	94,85	94,32	105,57
Ago/93	98,45	101,93	95,59	93,87	103,63
Set/93	97,43	101,08	92,87	94,72	99,56
Out/93	98,62	102,02	94,33	96,44	98,64
Nov/93	98,75	101,76	95,88	97,20	101,36
Dez/93	98,62	100,83	95,58	98,15	97,03
Jan/94	99,61	100,93	97,15	99,35	99,63
Fev/94	99,55	99,82	98,58	100,30	100,26
Mar/94	99,38	100,38	98,46	99,27	97,43
Abr/94	98,92	100,04	97,92	98,69	97,49
Mai/94	98,98	100,32	97,05	99,08	97,13
Jun/94	99,56	100,31	97,65	100,61	101,41
Jul/94	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago/94	100,86	100,12	101,94	101,13	103,18
Set/94	101,88	100,84	103,96	102,48	103,91
Out/94	101,48	100,31	103,70	101,37	106,42
Nov/94	101,82	100,74	103,89	103,14	101,20
Dez/94	102,11	101,50	103,08	101,71	108,12
Jan/95	102,14	101,68	103,08	101,65	108,40
Fev/95	103,02	102,31	104,57	102,63	109,67
Mar/95	103,04	102,78	103,65	103,35	107,72
Abr/95	103,57	103,32	103,79	103,80	107,82
Mai/95	103,68	102,98	104,09	104,84	106,28
Jun/95	103,77	102,74	104,47	104,57	109,14
Jul/95	103,59	102,02	104,49	104,41	115,51
Ago/95	103,10	100,98	102,99	107,76	109,15
Set/95	102,49	99,81	105,07	104,02	114,85
Out/95	102,61	99,48	106,05	104,41	114,04
Nov/95	103,09	99,81	106,48	105,57	111,62
Dez/95	104,08	99,34	109,32	107,57	115,83
Jan/96	103,99	100,17	108,11	107,51	113,34
Fev/96	103,81	100,23	106,82	107,76	111,42
Mar/96	104,27	100,22	106,85	108,70	115,67
Abr/96	105,19	99,83	109,34	110,14	118,62
Mai/96	105,62	99,54	111,32	110,26	122,27
Jun/96	105,60	98,55	111,37	112,75	118,57
Jul/96	105,22	97,97	112,88	112,01	113,40
Ago/96	105,83	99,72	112,57	110,62	116,00
Set/96	107,12	100,92	112,64	113,70	115,00
Out/96	106,82	100,75	111,58	114,14	115,57
Nov/96	106,53	101,14	110,53	111,74	122,34
Dez/96	106,04	100,69	110,22	111,68	116,80
Jan/97	105,12	98,97	111,42	111,81	111,43
Fev/97	105,43	99,57	109,80	112,05	115,73
Mar/97	105,69	99,13	111,48	112,09	118,32
Abr/97	105,91	99,13	111,34	113,56	119,56
Mai/97	105,96	99,41	111,79	112,46	118,85
Jun/97	105,69	99,68	111,62	111,79	115,17
Jul/97	105,83	99,90	110,15	114,77	111,14
Ago/97	105,09	100,98	107,73	111,83	108,85
Set/97	105,93	100,41	111,10	113,25	109,16
Out/97	105,74	98,87	110,57	115,66	111,45
Nov/97	105,38	99,28	107,97	115,42	114,73
Dez/97	105,13	97,09	111,41	115,92	114,55
Jan/98	105,22	99,21	108,63	114,23	115,25

Fonte: Tabela 1.

Nota: Base 100 = julho de 1994.

TABELA 4: Participação percentual das categorias no total da população ocupada - jul./92 - jan./98

	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Conta própria	Empregadores	Setor informal
Jul/92	52,31	22,23	20,95	4,51	43,18
Ago/92	52,25	22,09	21,21	4,45	43,30
Set/92	51,73	22,66	21,14	4,47	43,80
Out/92	51,20	22,95	21,42	4,42	44,37
Nov/92	51,18	23,42	20,97	4,42	44,39
Dez/92	50,78	23,24	21,48	4,50	44,72
Jan/93	51,35	22,91	21,09	4,65	44,01
Fev/93	51,27	23,26	20,97	4,51	44,22
Mar/93	50,91	23,47	21,15	4,47	44,62
Abr/93	51,14	23,49	21,13	4,34	44,52
Mai/93	51,14	23,37	21,25	4,34	44,62
Jun/93	51,33	23,39	20,94	4,34	44,33
Jul/93	51,63	22,98	20,89	4,50	43,87
Ago/93	51,51	23,22	20,84	4,43	44,06
Set/93	51,64	22,81	21,25	4,30	44,06
Out/93	51,51	22,89	21,39	4,21	44,28
Nov/93	50,86	23,26	21,55	4,33	44,81
Dez/93	50,90	23,19	21,76	4,14	44,96
Jan/94	50,54	23,38	21,85	4,22	45,24
Fev/94	49,98	23,72	22,06	4,25	45,78
Mar/94	50,30	23,72	21,85	4,13	45,57
Abr/94	50,35	23,69	21,82	4,15	45,50
Mai/94	50,49	23,48	21,90	4,13	45,38
Jun/94	50,15	23,47	22,10	4,29	45,56
Jul/94	49,89	23,98	21,91	4,22	45,89
Ago/94	49,50	24,22	21,96	4,31	46,18
Set/94	49,28	24,42	22,00	4,30	46,42
Out/94	49,25	24,47	21,86	4,42	46,33
Nov/94	49,25	24,41	22,15	4,19	46,56
Dez/94	49,54	24,18	21,81	4,46	45,99
Jan/95	49,59	24,16	21,78	4,47	45,94
Fev/95	49,44	24,29	21,78	4,48	46,07
Mar/95	49,63	24,06	21,92	4,40	45,97
Abr/95	49,69	23,99	21,93	4,39	45,92
Mai/95	49,50	24,05	22,13	4,32	46,18
Jun/95	49,37	24,13	22,07	4,44	46,20
Jul/95	49,08	24,16	22,06	4,70	46,22
Ago/95	48,77	23,91	22,86	4,46	46,77
Set/95	48,52	24,55	22,21	4,72	46,76
Out/95	48,30	24,75	22,27	4,68	47,02
Nov/95	48,26	24,75	22,42	4,57	47,17
Dez/95	47,55	25,15	22,61	4,69	47,76
Jan/96	47,94	24,87	22,60	4,59	47,47
Fev/96	48,11	24,65	22,72	4,52	47,37
Mar/96	47,93	24,56	22,83	4,68	47,39
Abr/96	47,36	24,93	22,95	4,76	47,88
Mai/96	46,99	25,26	22,86	4,88	48,12
Jun/96	46,57	25,29	23,40	4,74	48,69
Jul/96	46,43	25,71	23,32	4,55	49,03
Ago/96	46,99	25,50	22,89	4,62	48,39
Set/96	47,00	25,21	23,26	4,53	48,47
Out/96	47,02	25,03	23,40	4,56	48,42
Nov/96	47,33	24,86	22,97	4,84	47,83
Dez/96	47,36	24,92	23,07	4,65	47,99
Jan/97	46,89	25,37	23,27	4,47	48,64
Fev/97	47,11	24,97	23,29	4,63	48,26
Mar/97	46,77	25,28	23,23	4,72	48,51
Abr/97	46,62	25,17	23,46	4,76	48,63
Mai/97	46,76	25,27	23,24	4,73	48,51
Jun/97	46,98	25,29	23,14	4,59	48,43
Jul/97	46,97	24,90	23,71	4,42	48,60
Ago/97	47,84	24,53	23,27	4,36	47,80
Set/97	47,19	25,10	23,38	4,34	48,47
Out/97	46,58	25,04	23,94	4,44	48,98
Nov/97	46,92	24,53	23,96	4,59	48,49
Dez/97	45,96	25,35	24,10	4,59	49,45
Jan/98	46,94	24,71	23,74	4,61	48,45

Fonte: Tabela 1.

Nota: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e conta própria.

TABELA 5: Índice do rendimento médio real, por posição na ocupação - jan./92 - dez./97

	População ocupada	Emprego		Conta própria	Empregadores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
Jan/92	89,53	90,88	95,71	82,76	71,12
Fev/92	86,28	89,08	90,63	79,53	65,29
Mar/92	87,28	91,19	90,05	80,11	64,78
Abr/92	88,70	92,30	89,46	79,93	74,46
Mai/92	104,59	107,14	106,42	98,30	86,08
Jun/92	101,54	104,08	106,09	93,55	84,30
Jul/92	92,74	95,96	94,78	85,52	77,23
Ago/92	92,67	95,50	94,88	86,18	77,34
Set/92	98,47	101,87	106,86	86,60	80,64
Out/92	94,65	98,82	101,30	85,12	72,22
Nov/92	94,02	97,96	99,00	86,56	71,04
Dez/92	98,37	103,04	101,30	89,04	73,14
Jan/93	100,39	105,76	105,55	89,69	74,15
Fev/93	96,69	101,26	100,58	87,26	75,09
Mar/93	96,41	102,13	99,59	88,19	71,83
Abr/93	101,19	107,38	105,43	90,55	77,29
Mai/93	101,14	105,30	109,32	91,86	78,33
Jun/93	101,74	104,75	106,73	93,89	83,19
Jul/93	102,36	106,14	105,84	96,74	82,15
Ago/93	106,15	108,96	110,90	97,02	94,80
Set/93	106,89	109,43	109,15	103,81	91,95
Out/93	107,93	110,93	105,76	108,21	91,05
Nov/93	109,20	112,63	106,77	100,19	107,11
Dez/93	106,03	109,41	101,75	99,44	102,81
Jan/94	107,48	110,56	110,94	98,64	102,72
Fev/94	110,00	113,19	110,31	102,90	106,61
Mar/94	117,15	118,28	120,44	111,65	119,17
Abr/94	113,15	113,14	119,56	108,27	115,53
Mai/94	110,27	110,62	109,16	104,87	116,76
Jun/94	100,41	100,49	104,91	96,75	98,88
Jul/94	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago/94	102,32	100,37	101,76	103,96	107,85
Set/94	101,84	97,69	101,33	104,71	113,88
Out/94	101,32	97,67	103,12	107,15	111,58
Nov/94	104,85	99,68	107,13	113,08	111,25
Dez/94	105,40	98,47	116,39	111,00	110,65
Jan/95	105,63	97,89	109,15	119,95	117,40
Fev/95	108,62	100,53	116,52	121,89	117,54
Mar/95	109,28	101,05	113,30	123,57	120,65
Abr/95	109,85	101,95	113,63	127,39	117,56
Mai/95	111,97	104,84	117,87	125,45	115,88
Jun/95	116,65	108,56	121,98	131,45	121,35
Jul/95	117,73	109,65	129,51	127,76	120,72
Ago/95	116,67	109,13	125,62	128,15	114,43
Set/95	115,55	108,13	123,16	127,29	114,94
Out/95	119,19	111,47	128,43	127,88	125,20
Nov/95	119,47	110,21	131,78	134,47	119,51
Dez/95	118,35	109,41	125,51	134,61	123,85
Jan/96	118,71	110,17	124,12	132,97	121,99
Fev/96	120,48	112,19	126,41	134,52	121,18
Mar/96	118,63	110,18	123,31	130,42	121,97
Abr/96	118,17	110,34	120,48	132,94	117,12
Mai/96	119,52	111,51	125,24	136,36	118,08
Jun/96	124,39	115,83	131,53	138,05	127,89
Jul/96	128,67	118,41	135,89	143,58	133,69
Ago/96	126,00	118,29	135,24	142,47	119,31
Set/96	122,72	116,53	128,76	138,23	116,48
Out/96	126,20	116,67	136,31	136,73	127,80
Nov/96	123,42	116,01	132,74	136,10	119,91
Dez/96	123,97	116,73	133,59	139,93	121,54
Jan/97	121,92	114,15	130,28	136,43	118,70
Fev/97	121,80	113,71	130,15	136,65	117,85
Mar/97	117,97	110,75	128,96	131,62	108,80
Abr/97	119,35	111,06	128,00	131,41	117,06
Mai/97	122,21	113,69	129,98	138,53	120,38
Jun/97	125,99	118,72	131,46	143,55	123,39
Jul/97	129,54	122,61	133,73	147,09	125,44
Ago/97	128,31	122,38	135,51	146,69	119,10
Set/97	125,83	120,28	131,84	141,62	114,83
Out/97	131,01	123,70	142,64	141,60	125,38
Nov/97	128,56	120,24	142,73	142,76	123,56
Dez/97	128,50	119,83	143,50	141,32	123,46

Fonte: Tabela 2.

Nota: Base 100 = julho de 1994.

TABELA 6: Índice da massa de rendimentos, por posição na ocupação - jul./92 - dez./97

	População ocupada	Emprego		Conta própria	Empregadores
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada		
Jul/92	89,50	97,25	84,95	79,02	79,79
Ago/92	89,85	97,25	85,00	81,10	79,23
Set/92	94,72	101,77	97,28	80,51	82,34
Out/92	91,97	98,69	94,35	80,95	73,66
Nov/92	91,40	97,78	94,08	80,59	72,45
Dez/92	96,48	102,93	96,36	85,64	76,61
Jan/93	98,51	106,87	99,02	84,77	80,14
Fev/93	94,69	102,04	95,65	81,86	78,64
Mar/93	94,61	102,33	95,73	83,57	74,69
Abr/93	98,92	107,78	101,15	85,09	77,89
Mai/93	98,95	105,69	104,51	87,39	79,00
Jun/93	99,75	106,00	102,39	88,23	84,23
Jul/93	100,92	108,69	100,39	91,25	86,73
Ago/93	104,51	111,07	106,01	91,07	98,24
Set/93	104,14	110,60	101,37	98,33	91,55
Out/93	106,44	113,17	99,77	104,36	89,81
Nov/93	107,84	113,49	102,37	97,38	108,56
Dez/93	104,57	110,32	97,25	97,60	99,76
Jan/94	107,06	111,59	107,77	98,01	102,34
Fev/94	109,50	112,99	108,74	103,21	106,89
Mar/94	116,42	118,73	108,59	110,83	116,11
Abr/94	111,92	113,18	117,07	106,86	112,63
Mai/94	109,15	110,97	105,95	103,91	113,41
Jun/94	99,97	100,80	102,44	97,34	100,28
Jul/94	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ago/94	103,20	100,49	103,73	105,14	111,28
Set/94	103,75	98,51	105,35	107,30	118,33
Out/94	102,82	97,97	106,93	108,62	118,74
Nov/94	106,76	100,41	111,30	116,63	112,59
Dez/94	107,62	99,94	119,97	112,90	119,63
Jan/95	107,88	99,54	112,51	121,93	127,26
Fev/95	111,91	102,86	121,85	125,09	128,90
Mar/95	112,61	103,86	117,43	127,71	129,96
Abr/95	113,77	105,34	117,94	132,23	126,75
Mai/95	116,09	107,97	122,69	131,52	123,16
Jun/95	121,05	111,54	127,43	137,46	132,44
Jul/95	121,95	111,86	135,32	133,40	139,45
Ago/95	120,29	110,19	129,37	138,09	124,89
Set/95	118,43	107,92	129,41	132,40	132,02
Out/95	122,30	110,89	136,20	133,52	142,78
Nov/95	123,16	110,00	140,33	141,96	133,39
Dez/95	123,17	108,69	137,22	144,80	143,46
Jan/96	123,45	110,35	134,19	142,96	138,27
Fev/96	125,07	112,44	135,03	144,96	135,03
Mar/96	123,69	110,43	131,75	141,77	141,08
Abr/96	124,30	110,15	131,73	146,43	138,92
Mai/96	126,24	111,00	139,42	150,35	144,38
Jun/96	131,36	114,16	146,48	155,66	151,64
Jul/96	135,39	116,01	153,39	160,83	151,61
Ago/96	133,34	117,96	152,25	157,59	138,41
Set/96	131,46	117,60	145,04	157,16	133,96
Out/96	134,81	117,54	152,09	156,06	147,69
Nov/96	131,48	117,34	146,73	152,07	146,71
Dez/96	131,46	117,54	147,24	156,28	141,95
Jan/97	128,16	112,98	145,16	152,54	132,26
Fev/97	128,41	113,23	142,91	153,12	136,38
Mar/97	124,68	109,79	143,77	147,53	128,73
Abr/97	126,40	110,10	142,52	149,22	139,95
Mai/97	129,49	113,02	145,30	155,79	143,07
Jun/97	133,17	118,34	146,74	160,47	142,11
Jul/97	137,10	122,49	147,31	168,82	139,42
Ago/97	134,85	123,57	145,97	164,05	129,64
Set/97	133,29	120,77	146,48	160,38	125,34
Out/97	138,54	122,29	157,73	163,78	139,74
Nov/97	135,48	119,37	154,10	164,77	141,76
Dez/97	135,10	116,34	159,87	163,81	141,41

Fonte: Tabelas 1 e 2.

Nota: Base 100 = julho de 1994.

TABELA 7: Participação percentual das categorias na massa de rendimentos
jul./92 - dez./97

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria	Empregador es	Informal
Jul/92	56,29	16,43	15,05	12,23	31,49
Ago/92	56,11	16,39	15,40	12,10	31,79
Set/92	55,74	17,81	14,51	11,94	32,32
Out/92	55,96	17,88	15,11	11,06	32,99
Nov/92	55,90	17,98	15,16	10,96	33,14
Dez/92	56,06	17,54	15,35	11,05	32,89
Jan/93	56,52	17,50	14,76	11,22	32,26
Fev/93	56,14	17,59	14,82	11,45	32,41
Mar/93	56,35	17,62	15,15	10,89	32,76
Abr/93	56,66	17,77	14,72	10,84	32,50
Mai/93	55,54	18,36	15,11	10,99	33,47
Jun/93	55,34	17,87	15,16	11,64	33,02
Jul/93	55,67	17,19	15,38	11,76	32,57
Ago/93	54,85	17,50	14,80	12,84	32,30
Set/93	55,00	16,85	16,09	12,05	32,94
Out/93	55,30	16,29	16,78	11,62	33,08
Nov/93	54,43	16,41	15,37	13,78	31,78
Dez/93	54,79	16,14	15,95	13,12	32,10
Jan/94	53,92	17,40	15,59	13,09	32,99
Fev/94	53,40	17,18	16,05	13,37	33,23
Mar/94	52,63	17,57	16,17	13,63	33,74
Abr/94	52,09	18,01	16,19	13,72	34,19
Mai/94	52,69	16,81	16,24	14,26	33,05
Jun/94	52,06	17,68	16,55	13,71	34,23
Jul/94	51,86	17,33	17,07	13,73	34,41
Ago/94	50,44	17,40	17,37	14,79	34,77
Set/94	49,16	17,57	17,63	15,63	35,20
Out/94	48,77	17,79	17,80	15,65	35,59
Nov/94	48,79	18,08	18,65	14,48	36,73
Dez/94	47,85	19,20	17,79	15,16	36,99
Jan/95	47,18	17,83	19,02	15,97	36,85
Fev/95	46,99	18,61	18,81	15,59	37,42
Mar/95	47,30	17,88	19,15	15,67	37,02
Abr/95	47,49	17,77	19,62	15,13	37,39
Mai/95	48,01	18,24	19,25	14,50	37,49
Jun/95	47,58	18,17	19,30	14,96	37,47
Jul/95	47,02	19,01	18,46	15,52	37,47
Ago/95	47,51	18,64	19,60	14,25	38,24
Set/95	46,98	18,83	18,97	15,22	37,80
Out/95	46,56	19,11	18,45	15,87	37,57
Nov/95	46,04	19,63	19,55	14,78	39,18
Dez/95	45,25	19,09	19,84	15,81	38,94
Jan/96	46,20	18,78	19,70	15,32	38,48
Fev/96	46,65	18,72	19,79	14,83	38,52
Mar/96	46,31	18,47	19,57	15,66	38,03
Abr/96	46,06	18,41	20,15	15,38	38,56
Mai/96	45,25	19,00	20,17	15,58	39,17
Jun/96	44,86	19,24	20,13	15,77	39,37
Jul/96	44,56	19,69	20,33	15,42	40,02
Ago/96	45,83	19,77	20,16	14,24	39,93
Set/96	46,43	19,14	20,42	14,00	39,57
Out/96	45,41	19,64	19,85	15,11	39,48
Nov/96	45,97	19,21	19,61	15,21	38,82
Dez/96	45,95	19,24	20,11	14,69	39,35
Jan/97	45,79	19,67	20,35	14,19	40,02
Fev/97	45,75	19,30	20,36	14,59	39,66
Mar/97	45,65	19,98	20,19	14,17	40,17
Abr/97	45,14	19,53	20,14	15,19	39,67
Mai/97	45,08	19,37	20,45	15,11	39,82
Jun/97	45,90	19,02	20,49	14,59	39,51
Jul/97	46,36	18,64	21,03	13,97	39,67
Ago/97	47,40	18,72	20,71	13,17	39,43
Set/97	47,23	19,15	20,64	12,98	39,79
Out/97	45,99	19,83	20,27	13,91	40,10
Nov/97	45,45	19,61	20,65	14,29	40,26
Dez/97	44,55	20,46	20,65	14,34	41,11

Fonte: Tabelas 1 e 2.

Nota: O setor informal corresponde ao somatório dos ocupados sem carteira e conta própria.

Referências bibliográficas

- AMADEO, Edward. Desempenho sombrio do emprego industrial. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, jun. 1995.
- AMADEO, Edward (1996). Ajuste empresarial, emprego e terceirização. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.16, n.1, jan.-mar. 1996.
- AMADEO, Edward, CAMARGO, José M., GONZAGA, Gustavo. Salário mínimo e informalidade. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, abr. 1995.
- BALTAR, Paulo E.A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.6, jun. 1996.
- BALTAR, Paulo E.A. Tendências do mercado de trabalho no Brasil. **Boletim CESIT**, Campinas, n.2, nov. 1997.
- BALTAR, Paulo E.A., MATTOSO, Jorge E.L. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**; Porto Alegre, ano 18, n. 1. 1997.
- CACCIAMALI, Maria C. Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. **Anais do Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, São Paulo, 1995, V. 2.
- CAMARGO, José M. Desemprego; o coelho sumiu. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, out. 1995.
- CAMARGO, José M. Flexibilidade e desemprego. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, jan. 1996.
- DEDECCA, Claudio S. Desemprego no Brasil: um fenômeno heterogêneo. **Boletim CESIT**, Campinas, n.1, jul. 1997.
- FLIGENSPAN, Flávio B. Reestruturação e ganhos de produtividade na indústria brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 4, n.10, maio. 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Participação de salários no PIB cai para 38%. 12 de dez. 1997, p. 2-5.
- MATTOSO, Jorge E.L., OLIVEIRA, Carlos A.E. de. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**. Campinas : Página Aberta, 1996.
- MENDONÇA, Sérgio E.A. O Plano Real e as negociações coletivas: há algo de novo?. **Boletim CESIT**, Campinas, n.2, nov. 1997.
- NERI, Marcelo. Trabalhadores por conta-própria, precaridade e o nascimento das pequenas empresas. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, jul. 1997.
- PERO, Valéria. Qualidade do emprego no início dos anos 90. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, jun. 1995.
- PERO, Valéria. Diferencial de renda entre trabalhadores formais e informais. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, set. 1996.
- PERO, Valéria; SOARES, Rodrigo R. O que é desemprego tecnológico?. **Economia, Capital & Trabalho**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, out. 1995.
- POCHMAN, Márcio. O comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no período recente no Brasil: considerações gerais. **II Encontro Nacional de Economia Política**, São Paulo : Sociedade Brasileira de Economia Política, 1997. V. 2.